

PROGRAMA ANTÍDOTO – PORTUGAL
ACÇÃO CONTRA O USO ILEGAL DE VENENOS



Os tóxicos são uma ameaça à Saúde Pública e à Biodiversidade. O uso ilegal de iscos envenenados e a falta de controlo sobre a venda e a utilização de muitas substâncias tóxicas comercializadas legalmente no mercado são duas situações com sérias repercussões na fauna, em particular nas espécies silvestres, muitas delas seriamente ameaçadas por este problema.

Para fazer frente a este problema foi constituído o Programa Antídoto – Portugal, uma plataforma contra o uso ilegal de venenos, formada por várias entidades públicas e privadas portuguesas e que teve início oficial a 4 de Março de 2004. Este programa pretende combater as diversas formas de utilização indevida de substâncias tóxicas e contribuir para um melhor conhecimento sobre as consequências que essas práticas representam para a fauna silvestre.

A Actividade Cinegética e o Uso Ilegal de Venenos

O uso ilegal de venenos em Portugal está intimamente ligado à actividade cinegética. Embora não seja obviamente uma prática exclusiva deste sector, um grande número de casos de envenenamento detectados estão relacionados com a Caça. A principal razão é aquela que tem consequências mais graves para algumas espécies silvestres é o controlo ilegal de predadores que é levado a cabo por um grande número de zonas de caça. A falta de conhecimento no que respeita à biologia das espécies silvestres, tanto predadoras como presas (cinegéticas); o desrespeito pela Natureza e pela Biodiversidade; a necessidade de rentabilizar a Caça recorrendo a práticas cinegéticas não sustentáveis e que apenas visam um rendimento imediato; a falta de fiscalização eficaz e o fácil acesso a produtos que podem ser usados como veneno têm contribuído para que o controlo ilegal de predadores seja uma prática corrente, cuja existência é admitida com naturalidade, também no sector da Caça. A total impunidade, a falta de preocupação e/ou formação das autoridades para lidar com os casos detectados, a par de alguns problemas ao nível da legislação não têm contribuído para uma mudança de atitudes, mentalidades e de práticas de gestão cinegética no seio dos caçadores.

Para além do controlo ilegal de predadores com veneno, existem os conflitos entre zonas de Caça, ou entre as populações locais e os caçadores. O ordenamento cinegético (ou a falta dele e/ou a forma como é realizado) têm estado na origem destes conflitos, mas também nestes casos, é a total impunidade que permite a sua perpetuação. Apesar dos próprios caçadores serem os principais lesados nestes casos, pois perdem muitos dos seus melhores cães, a passividade e a impunidade têm gerado um conformismo e uma aceitação quase generalizada do veneno por parte dos responsáveis pelo sector da Caça. A existência de veneno é portanto, um dado adquirido em muitas zonas, e pouco ou nada é feito para resolver ou minimizar o problema. Estes casos conduzem por vezes a situações caricatas, como o uso de açaimes para os cães de caça não ingerirem iscos envenenados ou a posse e utilização de medicamentos que obrigam os cães a vomitarem após a ingestão do isco, situações que podem ser facilmente constatadas em muitas zonas de caça, por exemplo na região de Entre Douro e Minho.

Outro problema frequentemente relacionado com a actividade cinegética é o abandono de cães no final das épocas de Caça. Pelas mais diversas razões, estes animais são deixados de forma deliberada nos montes e não há mecanismos nem preocupação das autoridades responsáveis para proceder à recolha destes animais. Estes cães abandonados tornam-se predadores das espécies cinegéticas causando tanto ou maior impacte negativo sobre as mesmas do que os predadores silvestres. Uma medida importante e que certamente terá efeitos positivos na resolução desta situação é a obrigatoriedade da marcação dos cães usados na Caça, com sistemas de identificação electrónica, mas só o tempo dirá se será suficiente. Entretanto, muitas zonas de Caça continuam a recorrer ao uso massivo de veneno, usando até o termo "desinfecção", para controlar estes animais no final das épocas de Caça ou antes dos repovoamentos. É importante realçar que a questão dos cães abandonados não passa apenas pelo seu abate, mas sim, e principalmente por um muito maior esforço de consciencialização dos caçadores para um relacionamento muito mais digno com os seus animais, o que contribuirá para uma outra visão do abandono e maus-tratos dos cães que é tão frequente.

A importância da participação dos Caçadores no Programa Antídoto - Portugal

As recentes adesões ao Programa Antídoto – Portugal da ANPC – Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça e da CNCP - Confederação Nacional de Caçadores Portugueses, às quais certamente se seguirão outras, demonstram a vontade que grande parte dos Caçadores tem em contribuir para a resolução do problema do uso ilegal de venenos, uma prática que para além de todas as consequências reconhecidas para a Conservação da Natureza, desprestigia e descredibiliza o sector cinegético.

Ao participar na luta, o sector cinegético assume mais uma vez o papel preponderante e o protagonismo que evidentemente tem na Conservação da Natureza e em particular das espécies de fauna mais ameaçadas de extinção. Esta situação já se verifica em Espanha há alguns anos, não só no âmbito do Programa Antídoto mas também em projectos de conservação de espécies em vias de extinção, como é o caso do Lince-ibérico (*Linx pardinus*) ou da Águia-imperial (*Aquila adalberti*), que dependem totalmente de espécies cinegéticas, partilham território com caçadores e cuja conservação exige que todos estejam informados, sejam respeitadores e acima de tudo, que sintam que estão a ter um papel decisivo, reconhecido e valorizado pela Sociedade. Esse é o ponto fulcral para o futuro da Caça, principalmente numa época em que as sensibilidades anti-Caça são cada vez maiores, fruto de uma maior preocupação social com a Conservação e de ódios e desconfianças gerados contra uma actividade cinegética que durante décadas se caracterizou por actos e gestão desrespeituosos com a Natureza. Se a Caça passar a ser vista como uma actividade “limpa” e “verde”, certamente que isso será um benefício para todos os que souberem tirar daí os devidos proveitos.

O trabalho conjunto entre os chamados ecologistas e caçadores é fundamental, mesmo que o consenso a alcançar seja por vezes difícil, nomeadamente no que respeita à gestão de algumas espécies dadas as diferentes perspectivas quanto à presença das mesmas – para uns o seu valor intrínseco e respectivo papel-chave no ecossistema, para outros o facto de poderem comprometer um maior rendimento cinegético. Mas ainda que os ideais e motivações que movem o sector da Conservação da Natureza não sejam definitivamente os mesmos dos caçadores, não têm que ser incompatíveis. Por isso, é necessário apostar em estratégias a longo prazo, para solucionar conflitos e investir seriamente no diálogo e discussão, na tolerância e confiança e na investigação, que devem ser os pilares de um trabalho que se pretende em conjunto e duradouro.

A tomada de posição pública, pelos responsáveis da Caça, de reprovação pelo uso ilegal de venenos, assumida de forma cada vez mais visível nos momentos e locais devidos, a par de uma maior fiscalização, da aplicação de correctas medidas de gestão da caça e do ordenamento cinegético, de um maior esforço de formação e de sensibilização sobre esta problemática, junto

dos caçadores, contribuirá por certo para um maior respeito pelos ecossistemas e para que sejam alcançadas as perspectivas de gestão criadas.

Quando encontrar animais com suspeita de envenenamento:

1. Contacte imediatamente:

- **GNR/SEPNA – Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana** – Telef: 213217000
- **SOS Ambiente** 808200520

2. Permaneça no local até à chegada das autoridades

3. Não toque no(s) cadáver(es) nem deixar que outras pessoas se aproximem do local

É fundamental que o cadáver ou isco seja recolhido apenas pelo agente da autoridade, caso contrário pode impedir qualquer tipo de actuação judicial ou administrativa posterior.

4. Siga todas as instruções dadas pelas autoridades.

PARTICIPE. DENUNCIE!

A sua colaboração é fundamental.

Sempre que possua informações sobre o uso, posse e venda de venenos ou sobre casos de envenenamento no passado contacte o

Programa Antídoto – Portugal:

Travessa da Ferradura n.º 14, 1º frente.

6000-293 Castelo Branco

Telefones: (+351) 919457984 / (+351) 962946425 / (+351) 272324272

Fax: (+351) 272324272

Correio Electrónico: antidotoportugal@gmail.com

Para obter mais informações sobre o uso ilegal de venenos, consulte o sítio na Internet recentemente lançado: <http://www.antidoto-portugal.org>